



PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM TELA

Carina Nogueira de JESUS (UFGD/CAPES)¹

Fábio PERBONI (UFGD)²

Eixo 1. Políticas Docentes

RESUMO: O texto em tela apresenta discussões referentes ao planejamento de políticas educacionais, tendo como foco as Metas propostas pelo Plano Nacional de Educacional (PNE) no que se refere à formação de professores no Brasil. Tem como objetivo discutir alguns pontos contidos no PNE com relação a este campo, mais precisamente aos pressupostos das Metas 15 e 16 que elucidam a formação inicial e continuada dos docentes da educação básica. Recorre-se à pesquisa bibliográfica, tendo como referência autores que estudam sobre planejamento educacional, políticas educacionais e formação de professores, quais sejam: Ferreira e Fonseca (2011), Martins (2014), Freitas (2014) e Dourado (2016), bem como análise do documento da Lei n. 13.005/2014, a qual estabelece o PNE no período de vigência de 2014 a 2024. Reitera-se que ainda há muitos desafios a serem superados para que seja possível alcançar as Metas estabelecidas. Em meio aos dados estatísticos divulgados por intermédio dos Censo Escolares e demais pesquisas, evidencia-se que mais de 20% dos professores em exercício ainda não possuem formação em nível superior para atuação na educação básica e uma considerável parcela dos cursos de formação inicial e continuada são oferecidos na modalidade à distância. Tal realidade confronta o "ideal" de formação proposto pelas legislações que direcionam o campo, uma vez que, legalmente, a formação deve ser oferecida, preferencialmente, de modo presencial e o exercício da docência deve se dar mediante a exigência de diploma de ensino superior na área de atuação. Há um grande desafio de cumprimento das Metas do PNE no tempo previsto devido a existência de diversos impasses relacionados à valorização docente, organização curricular dos cursos, etc., no entanto, para que se efetivem, é necessário que haja articulação entre o Poder Público e os diversos segmentos da sociedade no intuito de promover uma formação adequada aos nossos professores.

PALAVRAS-CHAVE: Plano Nacional de Educação. Planejamento educacional. Formação de professores.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas Educacionais e Formação de Professores (GEPPEF/UFGD/UEMS). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). *E-mail:* caarinaanogueira@hotmail.com.

² Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas Educacionais e Formação de Professores (GEPPEF/UFGD/UEMS). *E-mail:* fabioperoni@ufgd.edu.br.

Introdução

Um dos instrumentos do planejamento educacional, o Plano Nacional de Educação (PNE) contempla metas e estratégias que buscam orientar as políticas educacionais do Brasil no período de vigência de 2014 a 2024. Dentre os vários aspectos previstos pelo PNE, a questão docente possui 4 (quatro) metas específicas, relacionadas à formação inicial e continuada, valorização salarial e planos de carreira destes profissionais.

O campo da formação de professores se converteu em um dos alvos do planejamento político da área educacional desde meados da década de 1990. A exigência de formação em nível superior para o exercício da docência na educação básica, bem como o estabelecimento de diretrizes para os cursos de formação, corroborou com discussões em torno de questões inerentes à garantia de uma adequada formação à estes profissionais.

Destarte, o texto em tela tem o objetivo de discutir sobre a Formação de Professores no âmbito do PNE (2014-2024). Para isso, recorreu-se à pesquisa bibliográfica que implica “em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38) e, por sua vez, permite a aproximação com a temática do objeto a ser investigado. Assim, utiliza-se como referencial teórico para o estudo, autores que discutem sobre Planejamento Educacional, como Ferreira e Fonseca (2011) e Martins (2014) e, em autores que possuem pesquisas sobre políticas educacionais e formação de professores, a saber: Freitas (2014) e Dourado (2016), além do documento que institui o PNE, a Lei n. 13.005 de 2014.

Dessa maneira, o texto se organiza de modo a apresentar para o leitor a conjuntura política da década de 1990 e o processo de planejamento das políticas educacionais. Posteriormente, aborda-se sobre a criação do PNE e sobre as Metas voltadas à formação de professores, evidenciando os possíveis tensionamentos para o cumprimento das mesmas.

O Plano Nacional de Educação e a Formação de Professores

Os anos de 1990, principalmente com o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), foram marcados pela intensificação do processo de globalização bem como pela influência neoliberal nas ações do Estado. Este período,

segundo Oliveira (2009), foi marcado pela estabilidade econômica obtida por meio da implantação do Plano Real e por um conjunto de reformas com o intuito de racionalizar e modernizar as funções do Estado brasileiro.

A conjuntura política da época teve significativas induções para a educação brasileira, principalmente quanto à reestruturação do ensino no Brasil, justificado pela carência de força de trabalho qualificada e pelo processo de modernização do país. Tal contexto, evidenciou a ênfase dada à educação com vistas ao desenvolvimento de competências necessárias ao mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2009). Assim, as transformações ocorridas após a redemocratização do Estado foram essenciais para o estabelecimento de novas relações entre as diversas esferas administrativas e o setor educacional.

Após o estabelecimento da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1996, percebe-se que os cursos de licenciatura tiveram uma forte expansão, graças à criação de novas instituições Ensino Superior e pela institucionalização da educação superior a distância, promovendo a oferta de cursos para a formação inicial e continuada de professores (ROMANOWSKI, 2011). Para mais, um arcabouço legal passou a emergir no sentido de se intentar uma maior organicidade na Educação brasileira e, conseqüentemente, para a formação de professores.

Nesse sentido, o planejamento entendido como “uma das estratégias utilizadas para imprimir racionalidade ao papel do Estado e institucionalizar ‘as regras do jogo’ na administração das políticas governamentais” (FERREIRA; FONSECA, 2011, p. 70) é um dos elementos essenciais no campo educacional. É realizado a partir da relação entre a construção de um projeto de educação nacional e o atendimento às demandas provenientes das orientações das agências internacionais, principalmente a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Banco Mundial, tendo a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”, como princípio orientador das políticas educativas.

O planejamento como estratégia para direcionar e racionalizar a ação do Estado, é entendido conforme Martins (2014, p. 10) como:

[...] modelo teórico para a ação, ou método para sua racionalização, o planejamento envolve um esforço metódico e consciente ao selecionar e orientar os meios e as estratégias para atingir os fins previamente definidos, com o objetivo de aproximar a realidade do ideal expresso pelo modelo. Devem ser estabelecidas prioridades e procedimentos básicos de ação, a fim de promover a interação e coordenação entre

os diversos setores da administração para um coerente processo de intervenção na realidade, de sorte a fugir da imponderabilidade e evitar situações críticas.

Ao passo que o planejamento corrobora para coordenar, racionalizar e dar unidade às ações do Estado, o plano se converte em um meio de instrumentalizar este processo, ou seja, ele é caracterizado como uma peça técnica e produto de decisão política, sendo esta, em conformidade com Martins (2014), a natureza de um Plano Nacional de Educação.

Assim, no decorrer da década de 1990, houve uma mobilização em torno da elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), em busca da articulação no desenvolvimento do ensino em vários níveis, envolvendo a participação segmentos da sociedade civil organizada em Fóruns Nacionais e do Poder Público. Dessa maneira, após vários anos de embates e tensionamentos para a elaboração de um plano de educação nacional, a aprovação da Lei nº 10.172/2001 estabeleceu o PNE para o decênio 2001-2010. Após terminado o período de vigência deste PNE, novas discussões começaram a emergir no processo de elaboração de um II PNE.

A realização da Conferência Nacional de Educação (Conae) em 2014, com o tema: “O PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração”, teve como propósito discutir sobre a política nacional de educação, atribuindo responsabilidades e corresponsabilidades entre os entes federados e os sistemas de ensino e além de acompanhar a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, bem como a elaboração dos planos estaduais e municipais de educação.

Diante disso, Dourado (2016, p. 04) aponta que a aprovação do PNE pelo Congresso Nacional ocorreu após quatro anos de tramitação e foi sancionada sem vetos em 2014, avançando “em várias metas e estratégias, algumas delas resultantes do movimento social e sindical”. O Plano, normatizado pela Lei n. 13.005/2014, possui vigência para o decênio de 2014 a 2024, sendo composto por 20 (vinte) metas e várias estratégias.

Dentre elas, há quatro metas³ que tratam sobre a valorização dos profissionais da educação, sobretudo dos professores, das quais destacam-se as Metas 15 e 16,

³ A Meta 17, por sua vez, aborda sobre a valorização dos profissionais do magistério, de modo a equiparar o rendimento médio aos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o sexto ano de vigência e a Meta 18, que visa assegurar no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica, com base no piso salarial nacional profissional. Para

que tratam sobre sua formação. Acerca da formação inicial, o PNE traz em sua meta 15 o objetivo de garantir em regime de colaboração no prazo de 1 (um) ano de vigência, uma Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação, assegurando que todos os professores da educação básica devam possuir formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área em que atuam.

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (BRASIL, 2014, p. 35).

A meta 15 institui algumas estratégias como: o estabelecimento no prazo de um ano, de uma Política Nacional de Formação de Professores; ampliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID); reforma dos cursos de licenciatura articulada às diretrizes curriculares; valorização das práticas de ensino e estágio curricular nos cursos de formação, entre outras.

Esta Meta dialoga com a situação da formação dos docentes atuantes na Educação Básica, divulgada por instituições de pesquisa, como o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o movimento Todos Pela Educação (TPE), por meio censos e Notas Estatísticas. O documento elaborado pelo TPE, intitulado “Professores do Brasil: Perfil docente, políticas para o magistério e níveis de formação dos professores brasileiros” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2016), reúne e sintetiza os dados apresentados pelo Censo Escolar, Ministério da Educação (MEC) e INEP com relação ao perfil dos docentes brasileiros.

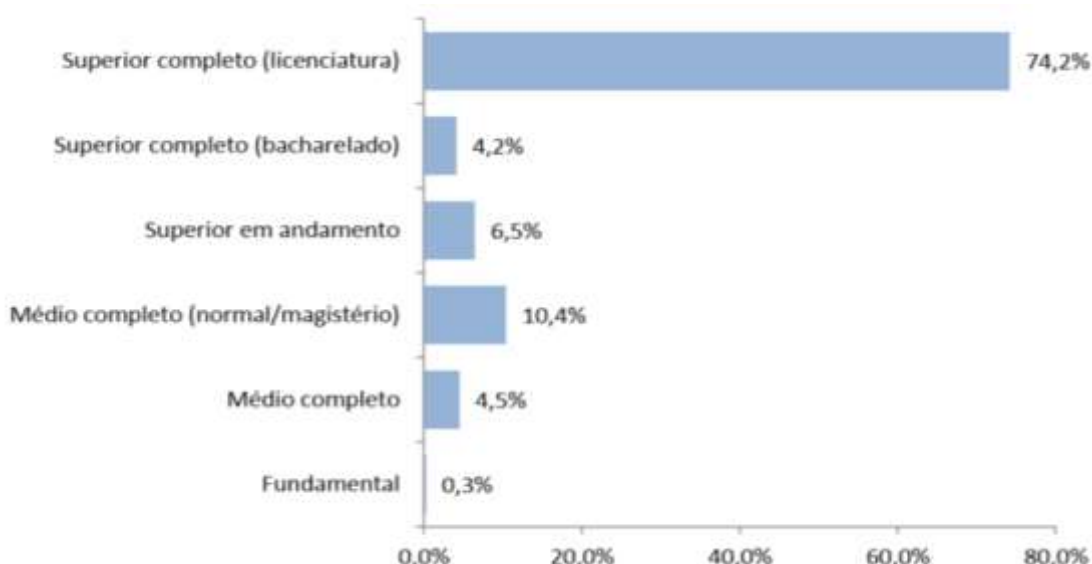
De acordo com este documento, entre 2013 e 2017 houve um considerável aumento do índice de professores com formação em cursos de licenciatura, conforme apregoa a LDB de 1996, uma vez que esse nível de escolaridade passou de 69% para

que possam exercer a atividade de docência, os professores precisam de condições que os possibilitem de dar respostas às demandas da sociedade em que estão integrados (OLIVEIRA, 2014). Desse modo, as Metas 17 e 18 vão ao encontro de tentar garantir os pressupostos da valorização docente, por meio do estabelecimento de objetivos relativos à valorização salarial, plano de carreira juntamente com a formação destes profissionais.

74,4% nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; de 79% para 82% nos Anos Finais do Ensino Fundamental e de 85,4% para 86,8% no Ensino Médio.

Em consonância à esta condição, o PNE estabeleceu que todos os professores devem possuir formação específica e em nível superior até o final de sua vigência, em 2024. O desafio ainda é grande, pois conforme os últimos dados divulgados pelo Censo Escolar de 2017 (BRASIL, 2018), publicado em Janeiro de 2018, 78,4% dos professores da Educação Básica possuem formação em Nível Superior, sendo Licenciatura, com 94,7% e Bacharelado, com 5,3%. O Gráfico 1 apresenta a distribuição percentual dos docentes atuantes na educação básica, de acordo com seu nível de escolarização:

Gráfico 1 - Distribuição dos docentes que atuam na educação básica por nível de escolaridade - Brasil 2017



Fonte: Notas Estatísticas: Censo Escolar 2017. (BRASIL, 2018).

Nota-se que com relação ao Censo Escolar anterior (divulgado em 2016), o aumento de docentes com formação em nível superior cresceu somente 0,9%, passando de 77,5% para 78,4%. Esses dados demonstram que há um grande desafio a ser superado no intuito de cumprir os objetivos propostos pelo Meta 15. Um destes desafios, relaciona-se ao fato de que os professores são o terceiro maior grupo ocupacional no Brasil, o que torna necessário impulsionar o número de vagas nos cursos de licenciatura para atender a demanda de alunos da educação básica.

Para atender aos 51 milhões de alunos da escola básica, existem por volta de dois milhões de professores, 80% deles no setor público. Não surpreende, portanto, que, para prover a qualificação de uma categoria profissional tão numerosa, os próprios processos da formação de docentes venham exercendo um forte papel impulsionador do crescimento do ensino superior no Brasil (BARRETO, 2015, p. 681)

Nesse sentido, a Meta 12 do Plano, a qual estabelece parâmetros de crescimento e expansão do Ensino Superior, busca elevar a taxa bruta de matrícula neste nível para 50%, com prioridade de oferta de cursos de formação inicial de professores para a Educação Básica (BRASIL, 2014). No entanto, não só é suficiente que todos os professores possuam formação neste nível de ensino, mas também é necessário atentar para a qualidade desta formação. De acordo com Freitas (2014), vários dados apontam para a privatização e fragmentação da formação docente no Brasil.

Ao mesmo tempo em que há a necessidade de maior oferta de vagas para os cursos de licenciatura em nível superior, de modo a atender às demandas da formação de professores para a Educação Básica, também há um baixo número de licenciandos ocupando essas vagas, bem como um número reduzido de matrículas e de conclusão dos cursos em relação ao total das vagas (GATTI, 2010; MINDAL; GUÉRIOS, 2013).

Nesse sentido, buscando adequar os projetos formativos institucionais às necessidades e demandas da formação docente, há entre as estratégias desta Meta, a proposição de reformulação curricular dos cursos de licenciatura pela estratégia 15.6, de modo a estimular

a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do(a) aluno(a), dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação, em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica, de que tratam as estratégias 2.1, 2.2, 3.2 e 3.3 deste PNE.11 (BRASIL, 2014a, p. 79).

Ao passo em que os debates sobre a base nacional comum curricular para a educação básica começaram a ter centralidade nas ações do MEC, é necessário reafirmar as posições históricas quanto ao *locus* da formação docente e à uma base nacional comum para os cursos de formação de professores (FREITAS, 2014). Defender uma concepção sócio-histórica do educador e sua formação, segundo Freitas (2014), vai de encontro com o reducionismo dos currículos e rebaixamento da

formação superior nas licenciaturas, tomando como foco as didáticas específicas e a formação geral.

Outro ponto da Meta 15 relaciona-se à consolidação do PIBID como uma política de Estado, estendida a todos os estudantes e docentes de licenciatura, de modo a “superando definitivamente a etapa de programa pontual, e com a oferta de bolsas, às quais apenas alguns professores e estudantes possuem acesso” (FREITAS, 2014, p. 432). Infelizmente, o que ocorreu nos últimos meses foi o encerramento do programa e o corte das bolsas a partir de uma tomada de decisão arbitrária por parte do MEC e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁴, com vistas a implementação, em seu lugar, do programa Residência Pedagógica.

Sobre formação continuada, o PNE traz a Meta 16, a qual visa garantir até o seu último ano de vigência, que 50% dos professores sejam formados em nível de pós-graduação.

Nesse quadro, a demanda prioritária a ser analisada e implementada é a urgente continuidade do processo de expansão do corpo docente dedicado às licenciaturas nas IES públicas, com o objetivo de elevar as condições de oferecimento das licenciaturas e a atuação das universidades no processo de formação continuada dos profissionais do magistério da educação básica - seja em programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*, seja em projetos de extensão - visando ao fortalecimento da aproximação entre educação básica e ensino superior com a compreensão de que as escolas são espaços privilegiados de formação, produção de saberes e conhecimentos. (FREITAS, 2014, p. 435).

A oferta de formação contínua aos professores da educação básica exige iniciativas inovadoras para que se possa atender à esta Meta, por meio do planejamento estratégico, em regime de colaboração, para fomentar a oferta por parte das IES públicas de modo orgânico e articulado (BRASIL, 2014). Para Freitas (2014), o desafio da Meta 16 consiste no estabelecimento de diretrizes para a expansão dos cursos de pós-graduação para os professores, a partir da indicação de cursos e áreas prioritárias com base no desenvolvimento da escola pública.

Depreende-se ainda, que a formação inicial e continuada, embora tenha metas específicas no PNE, são mencionadas várias vezes de forma secundária em metas e

⁴<<http://www.esquerdadiario.com.br/Governo-e-CAPES-encerram-o-PIBID-em-diversas-universidades>>.

estratégias de vários aspectos educacionais tratados no plano, como forma de reiterar a necessidade de se investir na formação dos profissionais em educação. Alguns tensionamentos se relacionam com aspectos como a expansão massificada dos cursos de licenciatura na modalidade à distância bem como programas de formação continuada fragmentados e pontuais, que conformam as ações no campo da formação de professores à lógica mercantil e tecnocrática.

Para Dourado (2016, p. 30), este Plano possui um desafio enorme em tentar “garantir formação inicial, em nível superior, para todos os profissionais do magistério da educação básica e, também, formação continuada nos termos previstos no Parecer e respectiva resolução do CNE”. As metas e estratégias estabelecidas pelo PNE são de grande importância e necessitam de políticas articuladas entre os segmentos da sociedade, especialmente no que se refere à Meta 15 e à instituição da Política Nacional de Formação do Profissionais da Educação Básica.

Considerações

Reitera-se que a Formação de Professores ocupa um dos espaços centrais nas discussões do planejamento das políticas educacionais nas últimas décadas. Muitas foram as normativas voltadas para dar maior organicidade à estas questões, sobretudo, a partir da elaboração dos planos nacionais de educação.

O PNE estabeleceu diversas iniciativas com o intuito de dar maior organicidade ao campo da formação de professores no Brasil, bem como corroborar para a melhoria dos processos formativos dos licenciandos por meio de programas e ações bem como, reformas curriculares no interior dos cursos e Universidades.

A situação deflagrada por estudos de pesquisadores da área, bem como por dados censitários, evidencia impasses e tensionamentos recorrentes nos cursos de formação de professores. Tal realidade confronta o “ideal” de formação proposto pelas legislações que direcionam o campo, uma vez que está posto, legalmente, onde a formação ocorra de modo presencial e o exercício da docência se dê mediante a exigência de diploma de ensino superior na área de atuação.

Apesar do estabelecimento pelo PNE de metas e estratégias voltadas para a formação docente, percebe-se ainda a existência de diversos impasses relacionados à valorização dos professores, organização curricular dos cursos, entre outros, os

quais podem acarretar dificuldades para a concretização dessas metas no tempo previsto.

Referências

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 62, jul./set, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n62/1413-2478-rbedu-20-62-0679.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar Da Educação Básica 2016: Notas Estatísticas**. Brasília: MEC/INEP, 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Notas estatísticas – Censo Escolar 2017. Brasília: MEC/INEP, 2018.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes. Plano Nacional de Educação, Conferência Nacional de Educação e a construção do Sistema Nacional de Educação: dilemas e proposições. **Jornal De Políticas Educacionais**, n. 16, p. 03-11, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.jpe.ufpr.br/n16_1.pdf>. Acesso em: 19 out. 2017.

FERREIRA, Eliza Bortolozzi; FONSECA, Marília. O planejamento das políticas educativas no Brasil e seus desafios atuais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 29, n. 1, 69-96, jan./jun. 2011

FREITAS, Helena Costa Lopes de. PNE e formação de professores: contradições e desafios. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 8, n. 15, p. 427-446, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/451>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

GATTI, Bernadete Angelina. Formação de professores no Brasil: Características e problemas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/16.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**. Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

MARTINS, Paulo de Sena. A história do PNE e os desafios da nova lei. In: BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014.

MINDAL, Clara Brener; GUÉRIOS, Ettiène Cordeiro. Formação de professores em instituições públicas de ensino superior no Brasil: diversidade de problemas, impasses, dilemas e pontos de tensão. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 50, p. 21-33, out./dez. 2013.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 197-209, maio/ago. 2009.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Os docentes no Plano Nacional de Educação: entre a valorização e a desprofissionalização. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 8, n. 15, p. 427-446, jul./dez. 2014. Disponível em:<<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/451>>. Acesso em: 17 abr. 2018

ROMANOWSKI, Joana Paulin. Formação Inicial De Professores: Implicações Com A Educação Básica. In: X Congresso Nacional de Educação (EDUCERE); I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação (SIRSSE), 1., 2011. **Anais X EDUCERE...** Curitiba, 2011. Disponível em:<http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5198_2844.pdf>. Acesso em: 19 out. 2017.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Professores no Brasil**: Perfil docente, políticas para o magistério e níveis de formação dos professores brasileiro. 2016. Disponível em:<https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/perfil_docente_tpe.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2018.